

ARH - Administração da Região Hidrográfica do Algarve

O valor social da água

Está satisfeita com o trabalho desenvolvido neste pouco tempo de actividade que a ARH Algarve tem?

Sim. É um trabalho que não é fácil, com vertentes muito variadas, mas genericamente o trabalho desenvolvido desde Outubro de 2008 tem correspondido às minhas expectativas e aos princípios e missões que presidiram à criação deste instituto público, sob a tutela e superintendência do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, na sequência da publicação da Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água) e dos Decretos-Lei nº 208/2007, de 29 de Maio, e 394/2008, de 5 de Junho.

Quais as situações mais problemáticas existentes que mereceram da vossa parte prioridade total?

São múltiplas e muito variadas as nossas tarefas na gestão dos Recursos Hídricos. Uma das prioridades do nosso trabalho diz respeito à aplicação do princípio do poluidor – pagador e utilizador – pagador, ao ter aberto um período de mais de dois anos para que os utilizadores de re-



ursos hídricos pudessem regularizar os respectivos títulos. Durante esse período, cerca de 50 mil utilizadores procederam a essa regularização, muitos dos quais através do site da ARH do Algarve.

Do ponto de vista de Recursos Hídricos do Litoral, é de salientar o trabalho de monitorização que tem vindo a ser executado, tendo em vista minorar as situações de risco em arribas. A criação e colocação de placas de risco para sensibilizar os cidadãos para a preservação da sua própria segurança, bem como a concepção e desenvolvimento de quase uma centena de mapas de risco diferentes, para colocação nas praias com arribas, foi outra das prioridades da nossa actuação.

Para a implementação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve (PGRHA), nomeadamente da sua fase 2 – Questões Significativas para a Gestão da Água -, foi feito um trabalho inovador no âmbito da participação pública dos actores chave envolvidos neste processo, pois foi promovida uma sessão e um fórum de participação pública, bem como inquéritos por entrevista, no sentido de serem colhidas opiniões e sugestões que contribuíssem para a definição final das referidas Questões Significativas.

Nesse âmbito, foi ainda dada priori-

dade absoluta ao processo de adjudicação dos trabalhos de elaboração do Plano de Gestão da Região Hidrográfica, que neste momento já se encontram em pleno desenvolvimento após um processo administrativo demorado de aprovação da candidatura e de concurso público.

O que é que destacaria em termos de trabalho visível já realizado desde o início desta entidade?

No litoral salientaria a elaboração de mapas de risco associada à colocação de placas de risco nas praias, já mencionada na questão anterior, e ainda um trabalho sistemático de caracterização do risco e de saneamento controlado das arribas, de modo a minimizar o risco existente para os utentes das zonas balneares.

Como intervenção de maior visibilidade pública destacaria a alimentação artificial das praias de Forte Novo-Garrão, que teve lugar em 2010 e que constituiu a maior operação de alimentação de praia desde sempre no Algarve. Ao longo de vários meses foram depositados nos cinco quilómetros de areais existentes entre Forte Novo e Garrão, concelho de Loulé, cerca de 1,25 milhões de metros cúbicos de sedimentos, dragados do oceano, ao largo daquele segmento de costa.

Para além desta é ainda de destacar a criação de um grande percurso, designado por Sete Vales Suspensos, que constitui um caminho de natureza pedonal que se estende por 5,6 quilómetros, acompanhando as linhas sinuosas das arribas localizadas entre a Praia de Vale Centeanes e a Praia da Marinha, no concelho de Lagoa. O Percurso dos Sete Vales Suspensos tem como objectivo a mitigação do risco para os utentes deste troço costeiro, associado à geodinâmica das arribas, e complementarmente fomentar um turismo voltado para a Natureza,

Mas, ainda que sem a mesma visibilidade pública mediática, todo o

processo de regularização de títulos já referido no ponto anterior foi sem dúvida um dos maiores e mais importantes trabalhos desta ARH, quer pelo número de entidades e meios envolvidos, quer sobretudo pelos reflexos que terá no futuro.

Com a criação da ARH Algarve o que é que mudou em relação ao passado?

A ARH do Algarve sucede à CCDR Algarve nas competências de fiscalização e licenciamento dos recursos hídricos do litoral e do interior e ao INAG nas de planeamento, monitorização e promoção de novas infra-estruturas hidráulicas. Este instituto tem novos desafios enquadrados, sobretudo, pela Lei da Água e pela Directiva Quadro da Água, ao reverem o regime legal nacional de gestão da água em vigor.

A ARH do Algarve recebeu competências da ARH do Alentejo na Bacia Hidrográfica do Guadiana e é a entidade que detém jurisdição sobre todo o litoral do Algarve. Neste âmbito, consideram-se delegadas as suas competências no IPTM, nas Zonas Portuárias e parcialmente no ICNB na área da Ria Formosa. Poderá ainda delegar competências nas Câmaras Municipais, situação que está a ser adiada para algumas zonas litorais.

A gestão dos recursos hídricos é efectuada por Bacia Hidrográfica e foram integrados na gestão da água princípios como o princípio do valor social da água, o princípio da dimensão ambiental da água e o princípio do valor económico da água.

Deste modo, temos que promover a satisfação das necessidades elementares de consumo de água a todos, a garantia de um aproveitamento sustentável de água, reconhecendo-a como activo ambiental e assegurando a sua protecção.

Por outro lado, por se tratar de um recurso escasso, temos que promover uma utilização mais ➤

“No litoral salientaria a elaboração de mapas de risco associada à colocação de placas de risco nas praias, já mencionada na questão anterior, e ainda um trabalho sistemático de caracterização do risco e de saneamento controlado das arribas, de modo a minimizar o risco existente para os utentes das zonas balneares”

“A área de jurisdição da ARH Algarve, como disse, abrange a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve e, na sequência da delegação de competências da ARH do Alentejo, o território da Região Hidrográfica do Guadiana localizado na região do Algarve(...) trata-se de uma zona de características muito diversas e morfologicamente muito heterogénea, o que torna a sua gestão de grande complexidade”





eficiente da água, envolvendo custos e benefícios inerentes à sua utilização. A aplicação do princípio do poluidor – pagador e utilizador – pagador são hoje uma realidade, tendo para o efeito sido criada a taxa de recursos hídricos (TRH), que contribui com 50% para a criação do Fundo de Protecção dos Recursos Hídricos, destinado a ser reinvestido na protecção e valorização dos recursos hídricos da Região Hidrográfica do Algarve, com benefícios para os respectivos utilizadores.

Como define a Zona de acção que foi atribuída à ARH Algarve. Fácil de trabalhar ou pelo contrário problemática?

A área de jurisdição da ARH Algarve, como disse, abrange a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve e, na sequência da delegação de competências da ARH do Alentejo, o território da Região Hidrográfica do Guadiana localizado na região do Algarve.

A Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve possui uma área de 5.509 km² e a Bacia Hidrográfica do Guadiana integrada na região do Algarve tem uma área de 1.444 km².

A área de jurisdição da ARH Algarve envolve todos os concelhos do Algarve e, na região do Alentejo, parte das freguesias de S. Teotónio e Sabóia (concelho de Odemira), Santana da Serra (concelho de Ourique),

Gomes Aires, Santa Clara a Nova e S. Barnabé (concelho de Almodôvar).

Compreende ainda toda a massa de águas costeiras adjacente à região até 1 milha náutica da linha de base que delimita as águas territoriais.

Trata-se de uma zona de características muito diversas e morfológica muito heterogénea, o que torna a sua gestão de grande complexidade.

Existe na zona uma consciência ambiental por parte das pessoas em geral e das empresas em particular?

Na zona de jurisdição da ARH do Algarve tem vindo ao longo dos anos a ser notada uma consciencialização ambiental crescente por parte dos actores sociais em geral. Para isso, além de outros aspectos, tem contribuído algum esforço institucional no envolvimento activo dos mesmos em diversos projectos e ou planos, como já se verificou, por exemplo, nas primeiras fases de implementação do Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Algarve. No entanto, e tal como os resultados destes trabalhos indicaram, embora alguns utilizadores da água (empresas privadas, associações sectoriais e ambientais, entre outros) já manifestem possuir uma considerável informação e consciencialização ambiental dos problemas existentes e dos comportamentos mais adequados a adoptar

para minimizar ou resolver os mesmos, o cidadão comum ainda não é adepto de uma prática de cidadania activa por princípio.

Cabe aos organismos públicos investirem nesta prática, indo ao encontro dos cidadãos através da implementação de processos de divulgação de informação cada vez mais eficientes e da realização de sessões e fóruns de participação pública de nível regional e local em horários que viabilizem uma adesão significativa deste segmento da sociedade.

Constituí uma prioridade dos nossos serviços e temos contribuído para essa consciencialização através de acções que implicam a participação do público, quer no âmbito do PGRHA, quer nas actividades enquadradas no Voluntariado Ambiental para a Água, quer em acções tão simples como a participação das autarquias e das associações locais no processo de regularização dos títulos de recursos hídricos.

Qual a vossa relação com as organizações não-governamentais ligadas ao Ambiente?

Temos uma relação próxima com as Organizações Não Governamentais. Algumas delas são membros do Conselho da Região Hidrográfica do Algarve, um órgão que se reúne regularmente. Outro exemplo é a participação de várias organizações



ID: 35997372

01-06-2011

não governamentais no projecto “Voluntariado Ambiental para a Água”.

AARH Algarve dá muita importância ao trabalho em parceria com entidades públicas e privadas?

No quadro do PGRHA, da monitorização ambiental e das intervenções nos recursos hídricos (quer no litoral, quer nas linhas de água interiores), além de outros, a ARH Algarve tem estabelecido parcerias com entidades públicas e privadas, nomeadamente órgãos da Administração Central (CCDR, Administração Regional de Saúde, Direcção Regional da Educação, entre outros), Autarquias Locais (quer Câmaras Municipais, quer Juntas de Freguesia), Associações de Desenvolvimento Local

e de Regantes.

Qual os principais objectivos a alcançar no curto e médio-prazo no sentido de melhor e potenciar os rios e bacias?

Alguns desses objectivos encontram-se em fase de melhor definição no âmbito do PGRHA, tendo como referência o cumprimento da Lei da Água e da Directiva - Quadro da Água, Plano de que se destaca o objectivo geral de atingir o bom estado das massas de água. No PGRHA, a concluir até Março de 2012, serão integradas as medidas necessárias para que se alcance tal objectivo, após uma mais alargada participação pública.

Entretanto, decorrente das demais

disposições legais em vigor, de estratégias definidas e de objectivos de gestão e planeamento anteriores, tem sido dada especial atenção aos seguintes aspectos:

- Valorização do litoral – em articulação com o Polis Litoral Ria Formosa e com o Polis Litoral do Sudoeste nas áreas abrangidas;
- Gestão de riscos – cheias, arribas/ erosão do litoral e poluição;
- Gestão sustentável das utilizações de água superficiais e subterrâneas;
- Protecção e requalificação dos ecossistemas aquáticos e ribeirinhos – limpeza de infestantes e recuperação de vegetação ribeirinha;
- Participação pública – voluntariado ambiental com professores e alunos das escolas da região e participação pública no quadro do PGRHA. **VE**

Valor Económico

01-06-2011

ARH Algarve
pág.18



Tiragem: 25000

País: Portugal

Period.: Bimestral

Âmbito: Economia, Negócios e

Pág: 3

Cores: Cor

Área: 8,06 x 2,96 cm²

Corte: 5 de 5

